

Cláusula de penhora impede acordo

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O diretor da Dívida Externa, Antonio de Pádua Seixas, chega hoje a Nova York disposto a não aceitar a cláusula de "penhora liminar", que os bancos credores pretendem incluir no acordo da dívida brasileira. A posição brasileira, que Seixas vai levar aos banqueiros, representa o principal ponto que impedia o fechamento do acordo.

A cláusula de penhora permite o confisco de bens em caso de uma moratória brasileira. Ela não é novidade nos acordos da dívida e vem sendo incluída nos documentos assinados entre o Brasil e os seus credores desde 1982.

Agora, entretanto, o diretor da Dívida Externa pondera que essa cláusula, além de obrigar o Brasil a abrir mão de sua imunidade soberana, representa custos adicionais de milhões de dólares para o País. Os banqueiros, por sua vez, argumentam que se trata de uma cláusula "pró-forma".

A viagem de Pádua Seixas será seguida por outra do ministro Mailson da Nóbrega, que chega a Washington sexta-feira para encontros no FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro. Uma fonte brasileira disse ao *Estado* que o ministro tem pouquíssimas chances de fechar o pacote em menos de duas semanas.

"Os banqueiros podem fechar o pacote amanhã", confirmou uma fonte neutra que acompanha as negociações. "Mas não querem. Esta operação tartaruga vai prosseguir até o Brasil apresentar algo mais concreto do que boas intenções de negociar com o FMI."

Outra fonte, que pediu para não ser identificada, diz que a "operação tartaruga" é promovida pelos bancos médios, "porque os grandes iriam adiante com o Brasil sem o FMI".

Outro problema é que alguns bancos, principalmente japoneses, querem que o Brasil obtenha garantias do Banco Mundial para uma parte pequena dos empréstimos.

"Será um pouco precipitado se o Banco Mundial concordar" — comentou uma fonte do governo americano. Já dentro do banco se dizia,



Mailson: problemas com prazos

ontem, oficiosamente, que não se sabia, exatamente, a razão da próxima visita do ministro Mailson da Nóbrega.

A situação do Brasil no Banco Mundial, atualmente, é das piores: ele só recebeu, até agora, ao fim do ano fiscal, em junho, cerca de US\$ 300 milhões. Se não ocorrer uma reviravolta rápida, o Brasil talvez bata um recorde de poucos empréstimos. No ano passado, no último mês fiscal, o governo brasileiro acabou arrecadando US\$ 1,2 bilhão com um mutirão de projetos.

Um outro problema atrasando o final das negociações, em Nova York, é uma discussão entre os próprios banqueiros sobre o dinheiro novo. Os europeus resistem em fornecê-lo, porque, ao contrário dos americanos, devem fazer reservas antes, e não apenas quando têm prejuízos. Os europeus também preferem capitalizar os juros. O comitê de assessoramento dos bancos credores levou essa discussão para Tóquio, na semana passada, mas não chegou ainda a uma solução.

Um funcionário do governo americano, surpreendido com a visita do ministro Mailson da Nóbrega, sugeriu que ele poderia trazer o texto regulamentado da lei de informática, "prometido para o dia 19, a terça-feira passada".

A dívida e a informática são duas questões que sempre foram aproximadas, em momentos de impasse.